

<p>ATA DE REUNIÃO</p> <p>Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau.</p>	<p>Data: 13.11.2020</p>
--	-------------------------

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
13.11.2020	9h30	12h20	Virtual https://us02web.zoom.us/j/86736085328 ID da reunião: 867 3608 5328

2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões– Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Thiago Albani de Oliveira Galveas	Juiz de Direito – Assessor Presidência
3. Rogério Rodrigues de Almeida	Juiz de Direito – Corregedoria
4. Ricardo Furtado Chiabai	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
5. Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito – indicado pela Presidência
6. José Pedro de Souza Neto	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
7. Daniel Barrioni de Oliveira	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
8. Getúlio Marcos Pereira Neves	Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
9. Arion Mergár	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
10. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - servidora indicada pela Presidência
11. Elson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
12. Francisco Manoel Bittencourt,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
13. Ana Clara Davila Guedes	Servidora, escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
14. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
15. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

3. Pauta

Descrição
1. Planejamento Estratégico – Elaboração de diretrizes para instalação das discussões
2. Informes Gerais

4. Deliberações

Descrição
<p>A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes. O servidor Élson solicitou a palavra para apresentar uma questão de ordem, segundo ele, relacionada com a necessidade de cumprimento da Resolução CNJ nº 194/2014, especialmente no que concerne à apreciação dos temas Orçamento do Poder Judiciário 2021 e a atualização dos dados estatísticos da Resolução CNJ nº 219/2016. Ponderou ainda sobre a necessidade de observação do que dispõe a citada Resolução, por se tratar de uma questão de procedimento, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 5º - A. A Desembargadora Janete respondeu que recebeu as sugestões do servidor Élson e que com relação a Resolução CNJ nº 219/2016, ela entende que não adianta discutir mais enquanto ainda tramita no CNJ processo relacionado ao assunto. Sobre o tema Orçamento, a desembargadora Janete disse que a assessora Maria Elysa estava presente à reunião exatamente para informar sobre o mesmo. Ainda sobre os dados estatísticos, a desembargadora informou aos presentes que a SGP está precisando de um sistema para fazer a atualização e ainda não foi possível viabilizar. A desembargadora solicitou a ajuda do sindicato para auxiliar na atualização dos dados. A Desembargadora passou a palavra ao Secretário Geral, Marcelo que, iniciou falar sobre o Relatório Gerencial elaborado e referenciando o primeiro semestre do ano de 2020. De maneira tácita a pauta foi invertida para tratar do item 2 – Informes Gerais. Assim, o secretário Geral apresentou os dados mais relevantes do Relatório o qual todos os presentes já tinham recebido previamente, mediante e-mail encaminhado no dia 05 de novembro do ano em curso. Informou que no Relatório constam os principais projetos que estão sendo desenvolvidos no âmbito do Tribunal. Ao terminar a sua apresentação, a Desembargadora Janete destinou a palavra a Assessora Maria Elysa que discorreu sobre o processo de elaboração da proposta orçamentária. Falou sobre as dificuldades que tem sido enfrentadas neste ano, especialmente relacionadas com a queda de arrecadação de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – FUNEPJ. Explicou que o afastamento de todos do Tribunal, por conta da pandemia, se deu no dia 19 de março de 2020. Em abril de 2020, a área de planejamento, juntamente com a Presidência foram chamadas para uma reunião técnica junto com o Poder Executivo e o Tribunal de Contas. Na oportunidade foram apresentados, pelo Poder Executivo, 03 cenários em que até mesmo o cenário mais otimista implicava a necessidade de redução do orçamento vigente (2020) em até 20 por cento, o que viria a refletir nos repasses mensais do duodécimo a esse Poder.</p>

Explicou a assessora que essa notícia, com certeza, trouxe grandes preocupações também em relação ao orçamento do ano de 2021 pois a sinalização dada pelo Poder Executivo era a de que no máximo se conseguiria manter a base do orçamento do ano de 2020. Ainda registrou que todas essas preocupações relacionadas com os possíveis cortes projetados para o ano de 2021 inviabilizaram as tratativas de abrir as discussões para o público externo, inclusive para o Sindicato. O Governo do Estado encaminhou a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias somente no dia 29 de abril de 2020 e o corte foi da ordem de R\$ 150 milhões em relação ao orçamento aprovado para o ano de 2020. A assessora Maria Elysa explicou que esse cenário era muito adverso. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO somente foi aprovada no dia 17 de setembro do ano em curso, embora o prazo para este Tribunal apresentar a sua proposta fosse o dia 11 de setembro. Explicou que embora a Presidência estivesse conduzindo as tratativas para reverter a situação dos cortes propostos inicialmente na LDO, não se sabia como ficaria o texto final. Finalmente, a LDO foi aprovada com a repetição dos valores de 2020 para 2021, sem aumentos e sem cortes. Essa situação relacionada com os recursos da Fonte Tesouro. Com relação ao FUNEPJ, a projeção de gastos seria menor em função da queda de arrecadação que se avizinha, conforme já foi mencionado. Com relação a aprovação do teto para gastos com recursos do Tesouro importante destacar o advento da Lei Complementar 173/2020 editada pelo Governo Federal. Dentre as perspectivas da lei está a proibição da criação de despesas novas até o final do ano de 2021. Sobre as promoções que estão pendentes e não são despesas novas explicou que embora as mesmas pareçam não se enquadrar na situação prevista da Lei Complementar nº 173/2020, uma outra situação se instalou gerando a obrigação de o Tribunal arcar com as despesas decorrentes. É o caso do aporte, cuja despesa até então vinha sendo paga de forma extra orçamentária e o Tribunal deverá passar a empenhar a despesa. Explicou que somente este ano a despesa atinge a casa dos 193 milhões de reais. Como até o dia 17 de setembro não se conhecia o texto da LDO e já diante da necessidade de destinar recursos para o orçamento de 2021, o mesmo foi preparado levando-se em consideração o gasto do aporte deste ano limitado ao valor de 190 milhões de reais. Importante destacar que não foi levado em consideração sequer nenhum aumento de gasto, o que na verdade, é impossível de acontecer. Assim o orçamento para 2021 contempla os mesmos valores de 2020, relacionados com a folha de pagamento. Apenas um pequeno valor referente ao pagamento de abono permanência foi inserido. A assessora Maria Elysa explicou que o Poder Judiciário lutou para conseguir a inserção de um dispositivo na LDO objetivando incluir a possibilidade de divisão do provável excesso de arrecadação a ocorrer ao longo de 2021. Essa perspectiva se justifica porque normalmente a previsão de receita (que serve de base para o teto orçamentário dos Poderes) apresentar divergências positivas. Entretanto ressaltou que atualmente não há previsão de pagamento de nada diferente do que já está sendo pago hoje. Ao terminar a fala da assessora Maria Elysa, Dr. Thiago tomou a palavra e disse que gostaria de complementar com o seguinte aspecto: que todas as tratativas levadas a termo foram no sentido de inibir as investidas de o Poder Executivo excluir os benefícios dos servidores, hoje existentes, tais como férias prêmio, assiduidade etc. Explicou que foi uma luta da

presidência para que tais benefícios fossem mantidos. Ainda falou sobre o receio acerca dos efeitos do Corona vírus sobre o cenário econômico. Explicou a necessidade de manter-se fiel ao cenário projetado na LDO. Explicou que como a LDO foi aprovada no dia 17 de setembro e já no fim do mês, dia 30 de setembro era o prazo para entrega do orçamento consolidado na Assembleia Legislativa, tal situação justifica a forma como se deu o processo. Ainda ponderou que o orçamento está sob a apreciação do CNJ, já que o sindicato lá ingressou. A desembargadora Janete ponderou que as dificuldades de negociação com o poder Executivo foram noticiadas pela imprensa local. Entendeu a Desembargadora que diante do pedido de providências solicitado pelo Sindicato junto ao CNJ os assuntos deverão aguardar. O servidor Francisco solicitou a palavra e fez um questionamento ao Secretário Geral, se pronunciando acerca da necessidade real de trocar todo o parque tecnológico diante da intenção do PJES em implantar o PJE. O Secretário respondeu que há a necessidade, haja vista que os computadores do TJES estão defasados. A necessidade de troca não é apenas em função do PJE. O Dr. Thiago defendeu a necessidade de troca. Explicou que o TJES está buscando fontes alternativas de financiamento para essa troca. Francisco disse que diante de prioridades diversas ele tem a preocupação dos recursos não serem satisfatórios para todas as necessidades. Maria Elysa disse que essa era exatamente a preocupação. Dr. Thiago disse que a troca do parque tecnológico se paga em 05 anos. Por outro lado a implantação efetiva do PJE traz uma economia em torno de 20 a 25 milhões. A assessora Rita Almeida pediu a palavra para informar aos presentes que o assunto tratado já se definia como o ponto de pauta 1 – Planejamento Estratégico. Dessa forma explicou aos presentes que foram iniciadas as tratativas para sua elaboração e na próxima semana já com a devida anuência da Presidência deverá ser viabilizada consulta pública, objetivando levar à sociedade, magistrados e servidores as perspectivas que deverão constar no planejamento estratégico dos próximos seis anos. Explicou como funciona a concepção estratégica do CNJ. A desembargadora Janete perguntou se a pesquisa poderia ser disponibilizada previamente ao Comitê, para auxiliar na formulação dos questionamentos da consulta pública. Ficou acordado que sim. A desembargadora chamou atenção para a situação de TI e disse que o Planejamento Estratégico é um marco importante para a estruturação do Poder Judiciário do Estado do ES. Disse ainda sobre a necessidade de a estruturação de TI como forma de melhorar as respostas do Judiciário para a sociedade. A assessora Rita Almeida confirmou a situação de TI do Espírito Santo junto aos demais tribunais do país, que é a pior. O servidor Élson se manifestou quanto a fala da desembargadora Janete e disse que a mesma foi muito importante. Reforçou a precariedade de estrutura da TI. A desembargadora Janete disse da importância de se pensar em alternativas. O servidor Élson prosseguiu em sua fala e pediu permissão para pontuar dois aspectos endereçados a Maria Elysa e ou Marcelo: i) qual foi a economia em despesas correntes durante o período de afastamento por conta da pandemia. ii) perguntou qual foi a data efetiva de encaminhamento da proposta orçamentária para o Governo do Estado. A servidora Elysa respondeu que a proposta foi encaminhada no dia 17 de setembro. A desembargadora Janete disse que já que o processo está sob análise do CNJ não irá discutir no âmbito do Comitê. O servidor Élson insistiu para dizer

que fez a solicitação no mês de agosto e que considera extremamente importante a ampliação do debate. A desembargadora Janete disse que a matéria embora relevante deverá aguardar a manifestação do CNJ. O Secretário Geral respondeu à pergunta sobre a redução de despesas dizendo que sim, que houve redução de despesas comparando os seis meses de execução com as portas fechadas. Disse que a redução foi da ordem de 13 milhões de reais. Disse que estão sendo estudadas medidas inclusive para avançar no trabalho remoto. A desembargadora Janete perguntou ao Secretário Geral sobre a aplicação de recursos eventualmente excedentes (sobras). Marcelo explicou que no que se refere ao FUNEPJ, embora tenha havido economia, conforme dito anteriormente, não há que se falar em sobras porque o fundo apresentou uma grande queda de arrecadação. A assessora Maria Elysa falou sobre a Fonte Tesouro. Estão sendo estudadas algumas alternativas para tratar as sobras financeiras que eventualmente poderão ocorrer. Ainda não é possível prever se haverá efetivamente sobras financeiras. Explicou que a possibilidade de gastar dependerá de autorização do Executivo para tal. Lembrando que ainda será necessário complementar o aporte. Na sequência o servidor Fabricio disse que o Comitê tem grande importância para a formulação do Planejamento Estratégico. O servidor Fabricio disse ainda que na questão trazida pela assessora Elysa, a grande dificuldade do sindicato é lidar com a falta de informações. No que se refere a pergunta sobre como utilizar as sobras financeiras afirmou da necessidade de se conhecer qual será a decisão da administração. O servidor sugeriu a elaboração de uma proposta concreta para a realização dos gastos com as sobras financeiras. Disse que o Planejamento irá levar as propostas para a administração, contudo entende que o sindicato deverá tentar participar das negociações. Disse da importância de participação do sindicato na formulação dos gastos. Disse que há questões que podem ser discutidas independente da discussão do orçamento 2021. Na sequência se manifestou o Dr. Thiago. Explicou a situação fiscal deve ser tratada de acordo com as projeções do Poder Executivo. Dessa forma a situação atual sinaliza que a projeção de gastos com pessoal atingirá mais de 6% (seis por cento). Disse que na Presidência foi procurado pelo sindicato e foi informada a necessidade/importância de se aguardar o ano seguinte para melhor esclarecer qual será o cenário de análise. Diante de alguns questionamentos trazidos à mesa e em especial relacionados com reivindicações classistas e comparativas quanto à situação de gastos com magistrados e servidores, o Dr. Thiago ressaltou a importância de se valorizar a atuação do Comitê. Disse que o mesmo é para se pensar em políticas para o primeiro grau, para se pensar a valorização e a expansão para atenção ao primeiro Grau. Disse que o Comitê não é o local para se discutir se há direitos de magistrados e se há direitos de servidores. Disse da importância de se pensar onde investir, qual a política que será priorizada. Desembargadora Janete disse que está preocupada com os rumos do Comitê. Disse que respeita o papel de cada um, contudo o Comitê não pode ser palco de disputas por pagamentos de débitos que o Tribunal tenha para com magistrados e para com os servidores. A desembargadora disse que se precisa pensar em soluções para o funcionamento do judiciário, que o foco do Comitê é o planejamento e, portanto não pode perder de vista o seu papel. Francisco pediu a palavra para dizer que há uma questão fundamental que é a orçamentária porque

é um pilar importante para ser discutido. Disse que no passado algumas questões trabalhistas foram resolvidas administrativamente. Entende que a ideia é a de colaboração. A desembargadora Janete perguntou aos presentes como o Comitê poderá auxiliar na resolução dos problemas institucionais/administrativos. A assessora Maria Elysa pediu a palavra para dizer que o orçamento (proposta orçamentária - 2021) 85,83% dos recursos estão destinados ao primeiro grau e 14,17% ao segundo grau. Se for considerado apenas os valores para pessoal tem-se os seguintes percentuais: 86,72% para o primeiro grau e 13,28% para o segundo grau. A assessora Rita insistiu na necessidade de participação de todos. Explicou que as peças de Planejamento Estratégico e do orçamento (após aprovação) ficam disponíveis na internet sendo facultado o acompanhamento por todos. Explicou que excepcionalmente no ano de 2020 a emergência de entrega da peça orçamentária na Assembleia inviabilizou a discussão prévia. O Dr. Thiago disse que para o ano vindouro, diante das condições normais as discussões prévias serão realizadas. Afirmou da excepcionalidade do momento, das dificuldades. A Desembargadora Janete propôs fazer uma síntese da reunião. O magistrado Rogerio se manifestou para dizer que na Corregedoria estão sendo desenvolvidas algumas ações objetivando inibir a evasão de receitas. Citou alguns projetos que estão em curso, lembrou da necessidade participação da Corregedoria no processo de elaboração do Planejamento Estratégico. Na sequência se manifestou O Dr. Arion para sugerir que o programa de capacitação de servidores fosse realizado nos moldes daqueles propostos pelo CEAJUD, ou seja obrigatório. Outra questão que abordou foi em relação aos estudos sobre o tele trabalho. Dr. Thiago tomou a palavra para agradecer e elogiar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Corregedoria. Com relação aos estudos do tele trabalho disse que não está tratando diretamente do assunto porque não faz parte do grupo. Sobre a situação dos treinamentos disse que foram retomados os cursos ministrados por servidores especialmente aqueles relacionados com os sistemas utilizados no Tribunal. Encaminhou a sugestão para que a capacitação realmente tivesse um peso importante na avaliação dos servidores. Disse que a STI não deverá mais atender chamados externos de partes. A desembargadora sugeriu que fosse encaminhado ofício ao diretor da EMES para a realização de cursos específicos para servidores. O servidor Élson se manifestou quanto ao curso sobre o PJE oferecido aos servidores do interior. A desembargadora sugeriu constar do ofício que os cursos seriam presenciais em comarcas polos. A desembargadora perguntou ao sindicato se pode colaborar para elaborar a lista de antiguidade dos servidores conforme necessária a Resolução CNJ nº 219/2016. Ainda perguntou ao secretário Marcelo sobre a possibilidade de terceirização de alguns serviços da TI. Marcelo respondeu que algumas tratativas estão em curso. O Dr. Thiago disse que algumas parcerias estão sendo conduzidas, como por exemplo junto ao Banestes. A representante do sindicato, servidora Lavínia disse que o sindicato está à disposição para colaborar. Com relação a antiguidade a servidora disse que há alguns questionamentos quanto a lista de antiguidade. O servidor Élson disse que seria muito bom que o sindicato e o tribunal levassem ao CNJ a necessidade de julgamento dessas matérias. (Resolução CNJ nº 219/2016, integração de comarcas) A desembargadora sugeriu que o Dr. Thiago analisasse a pertinência de apresentar ao Presidente proposta para encaminhamento de um

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ofício conjunto. O servidor Êlson sugeriu que a própria Desembargadora apresentasse ofício ao CNJ. A desembargadora explicou que essa sugestão extrapola as atribuições do Comitê. Após a desembargadora proferiu palavras finais. A Reunião foi encerrada

5. Aprovação

Nome	Assinatura
1. Des. Janete Vargas Simões– Desembargadora – Presidente do Comitê	
2. Thiago Albani de Oliveira Galveas Juiz de Direito – Assessor Presidência	
3. Rogério Rodrigues de Almeida Juiz de Direito – Corregedoria	
4. Ricardo Furtado Chiabai Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;	
5. Marcelo Feres Bressan Juiz de Direito – indicado pela Presidência	
6. José Pedro de Souza Neto Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados	
7. Daniel Barrioni de Oliveira Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados	
8. Getúlio Marcos Pereira Neves Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;	
9. Arion Mergár Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;	
10. Rita de Cássia Barcellos Almeida Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.- servidora indicada pela Presidência	
11. Elson Gonçalves Júnior, Servidor eleito por votação direta entre os servidores	
12. Francisco Manoel Bittencourt, Servidor eleito por votação direta entre os servidores	
13. Ana Clara Davila Guedes Servidora, escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

inscritos	
14. Fabrício da Silva Cabidelli Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	
15. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio, Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	